A APRENDIZAGEM EM CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA INSTITUCIONAL

Bianca da Silva Sousa [1]
Cinthia Paiva Rodrigues Chaves [2]
Luna Helena de Oliveira Barbosa[3]
Adriana de Andrade Gaião e Barbosa[4]

INTRODUÇÃO

A aprendizagem constitui um processo complexo, que envolve dimensões cognitivas, afetivas, sociais, culturais e relacionais. Sua compreensão, portanto, não deve se limitar ao desempenho escolar ou às características individuais dos estudantes, sendo necessário considerar também as condições em que a escolarização ocorre. Nesse sentido, os contextos de vulnerabilidade social requerem atenção, pois as desigualdades e as restrições de acesso a direitos e oportunidades podem atravessar as experiências de escolarização e produzir barreiras à aprendizagem (Sousa e Ribeiro, 2025).

Entretanto, a vulnerabilidade social não determina, por si só, a ocorrência de dificuldades de aprendizagem. Sua compreensão exige considerar fatores sociais, pedagógicos e institucionais, evitando atribuir exclusivamente aos estudantes ou às famílias a responsabilidade pelos desafios enfrentados na trajetória escolar. Quando essas dimensões são desconsideradas, corre-se o risco de individualizar o fracasso escolar e de reduzir dificuldades complexas a déficits individuais. Essa problemática

[1] Graduanda do Curso de Bacharelado em Psicopedagogia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, bianca.sousa2@academico.ufpb.br;
[2] Graduanda do Curso de Bacharelado em Psicopedagogia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, cicy.paivarodrigues@gmail.com;
[3] Graduanda do Curso de Bacharelado em Psicopedagogia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, luna.helena.oliveira.ufpb@gmail.com;
[4] Profª Titular e Doutora do Departamento de Psicopedagogia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB; Coordenadora do Centro de Apoio Psicopedagógico ao Estudante - CAPpE; Coordenadora do Núcleo de Estudos em Saúde Mental, Educação e Psicometria - NESMEP/UFPB/CNPq; adrianagaiao@uol.com.br.

também se relaciona à medicalização das dificuldades escolares, quando explicações centradas no indivíduo deixam em segundo plano as condições de ensino e aprendizagem (Leonardo e Silva, 2022). Isso não significa negar a existência de transtornos ou a importância de avaliações especializadas, mas defender uma análise ampla e criteriosa das dificuldades escolares.

Diante desse cenário, a Psicopedagogia Institucional pode contribuir para a compreensão das dificuldades de aprendizagem mediante a análise das dimensões sociais, pedagógicas e relacionais envolvidas no processo educativo. Sua atuação pode favorecer a reflexão sobre as práticas escolares e a identificação de possibilidades de intervenção adequadas às necessidades dos estudantes e às particularidades de cada contexto institucional (Sanches e Marquezan, 2023).

Considerando essas questões, este estudo busca responder à seguinte pergunta: quais possibilidades de intervenção da Psicopedagogia Institucional são apontadas pela literatura para enfrentar as dificuldades de aprendizagem em contextos de vulnerabilidade social, e que evidências existem sobre seus resultados e limitações? O objetivo geral consiste em analisar as relações entre vulnerabilidade social e processos de aprendizagem, discutindo as possibilidades de atuação psicopedagógica identificadas na literatura, bem como os resultados e as limitações das intervenções descritas.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa, orientada pela análise das relações entre vulnerabilidade social e processos de aprendizagem e das possibilidades de atuação da Psicopedagogia Institucional identificadas na literatura.

O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases Scielo, Portal de Periódicos CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Periódicos da Psicologia (PePSIC), considerando publicações de 2021 a 2025. Foram utilizados descritores relacionados à Psicopedagogia Institucional, às dificuldades de aprendizagem, à intervenção psicopedagógica no contexto escolar, à relação família-escola, à inclusão e à desigualdade educacional. As buscas combinaram os descritores por meio do operador AND.

A seleção envolveu a leitura dos títulos e resumos, seguida da leitura integral dos trabalhos considerados pertinentes aos objetivos da pesquisa. O corpus principal foi constituído por 16 estudos, organizados em quatro eixos temáticos. Outros sete estudos foram selecionados como complementares para aprofundar aspectos específicos da discussão, sem integrar o corpus principal.

Os estudos foram organizados em uma matriz de análise e examinados qualitativamente, considerando suas contribuições para a temática, as possibilidades de intervenção psicopedagógica e os resultados e as limitações apresentados pelos autores. A análise buscou identificar aproximações e diferenças entre as publicações, relacionando as condições sociais aos processos de aprendizagem e as possibilidades de atuação institucional.

REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão da aprendizagem em contextos de vulnerabilidade social exige considerar as desigualdades de acesso a direitos, oportunidades e recursos que atravessam as experiências de escolarização. Ribeiro, Kasmirski e Ben Ayed (2023) contribuem para a discussão sobre equidade educacional nos territórios, enquanto Sousa e Ribeiro (2025) destacam a relevância das condições sociais para compreender a escolarização de crianças em situação de vulnerabilidade.

Essa discussão também exige problematizar explicações que atribuem as dificuldades escolares exclusivamente aos estudantes ou às suas famílias. Werlang, Pereira e Bett (2024) discutem a medicalização da infância e sua relação com o fracasso escolar, contribuindo para questionar interpretações que privilegiam fatores individuais ou biológicos sem considerar suficientemente as condições sociais e educacionais. Essa perspectiva não implica negar a existência de transtornos ou a importância das avaliações especializadas, mas reforça a necessidade de compreender as dificuldades de aprendizagem de forma contextualizada.

Nesse cenário, a Psicopedagogia Institucional possibilita analisar as relações entre os sujeitos, as práticas pedagógicas e a organização escolar. Sanches e Marquezan (2023) apresentam uma experiência de intervenção psicopedagógica em um Centro de Atendimento Socioeducativo, enquanto Pavão e Smolareck (2021) discutem as interlocuções entre a Psicopedagogia e o Atendimento Educacional Especializado.

Essas contribuições permitem situar a atuação psicopedagógica na análise das condições institucionais e na articulação de práticas educativas que considerem as particularidades dos estudantes e de seus contextos.

Nessa perspectiva, a atuação psicopedagógica institucional envolve a análise das condições em que a aprendizagem ocorre, das relações estabelecidas no ambiente escolar e das práticas pedagógicas desenvolvidas. Essa abordagem favorece a reflexão coletiva sobre os desafios educacionais e a construção de estratégias coerentes com as necessidades dos estudantes e as possibilidades da instituição, considerando as particularidades do contexto educativo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A compreensão das dificuldades de aprendizagem em contextos de vulnerabilidade social exige considerar tanto as experiências escolares quanto as condições sociais e educacionais das crianças. Santos França e Savaris (2024), ao investigarem crianças vinculadas a um serviço socioeducativo, identificaram que 17 das 26 participantes apresentavam queixas relacionadas à leitura, à escrita e à matemática. Embora restritos ao grupo investigado, esses resultados reforçam a importância de analisar as queixas escolares em seu contexto, sem estabelecer uma relação automática entre vulnerabilidade e dificuldade de aprendizagem.

Essa discussão é ampliada por Sousa e Ribeiro (2025), cuja revisão sistemática sobre a escolarização de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade durante a pandemia identificou barreiras como a falta de acesso à internet, a insuficiência de recursos tecnológicos e a ausência de condições adequadas para realizar as atividades escolares. Os achados evidenciam que a oferta de aulas remotas não garantiu acesso efetivo à educação, pois a participação dependia das condições materiais das famílias e das estratégias pedagógicas adotadas. Embora situados no período pandêmico, esses resultados ajudam a compreender como fatores sociais e educacionais podem limitar as oportunidades de aprendizagem.

As autoras também ressaltam a importância da mediação pedagógica, das brincadeiras e da convivência no processo educativo (Sousa e Ribeiro, 2025), aspectos que podem ser articulados à perspectiva histórico-cultural de Vygotsky (1991), segundo a qual as interações sociais e a mediação participam do desenvolvimento e da

aprendizagem. Essa compreensão evidencia que aprender não se resume ao contato com conteúdos, envolvendo também as relações e as experiências construídas no ambiente educativo.

Outro aspecto relevante é evitar a responsabilização exclusiva das crianças e de suas famílias pelas dificuldades escolares. Santos França e Savaris (2024) identificaram diferentes interpretações entre familiares e profissionais acerca das queixas de aprendizagem, enquanto Sousa e Ribeiro (2025) evidenciaram barreiras materiais que limitaram a participação dos estudantes nas atividades escolares. Embora abordem contextos distintos, os estudos reforçam a importância de considerar as condições de escolarização, as práticas pedagógicas e as desigualdades sociais na compreensão das dificuldades de aprendizagem, sem desconsiderar a existência de dificuldades específicas ou a necessidade de avaliações especializadas quando pertinentes.

As condições sociais e educacionais que atravessam a aprendizagem também se manifestam nas necessidades cotidianas dos estudantes e nas oportunidades de escolarização. Fernandes da Silva Santos et al. (2022), em uma revisão bibliográfica de 17 trabalhos, discutem possíveis relações entre a carência alimentar e as dificuldades de aprendizagem, especialmente em aspectos como atenção e disposição para aprender. A falta de alimentação adequada pode constituir uma barreira à participação nas atividades escolares, sem significar, contudo, incapacidade de aprender

Essa relação com as condições de vida aparece também na pesquisa de Farias (2024), realizada em uma escola pública da Paraíba. Os relatos de profissionais e estudantes apontaram situações de fome, sono, responsabilidades domésticas e da impossibilidade de receber auxílio dos familiares que não sabiam ler ou escrever. Embora restritos à realidade investigada, esses achados evidenciam que a aprendizagem não ocorre isoladamente das experiências familiares e sociais. A ausência de acompanhamento nas atividades, por exemplo, não deve ser interpretada automaticamente como desinteresse dos responsáveis, pois pode estar relacionada à escolarização que tiveram e às condições de vida da família.

Além dessas experiências cotidianas, as desigualdades precisam ser compreendidas à luz das condições institucionais e das políticas educacionais. Ribeiro, Kasmirski e Ben Ayed (2023), ao analisarem a equidade educacional nas redes municipais do Ceará e de Fortaleza entre 2011 e 2017, identificaram avanços nesse aspecto, inclusive em territórios vulneráveis. Esse resultado indica que a

vulnerabilidade social não determina, por si só, os resultados escolares e evidencia a relevância das políticas públicas e das condições de escolarização. Assim, enfrentar as dificuldades de aprendizagem exige reconhecer as barreiras vivenciadas pelos estudantes sem naturalizar o fracasso escolar ou desconsiderar a responsabilidade das instituições e do poder público na promoção de oportunidades educacionais mais equitativas.

Além das desigualdades nas condições de escolarização, é necessário examinar como as próprias instituições interpretam as dificuldades dos estudantes e quais respostas pedagógicas são mobilizadas diante das queixas escolares. Nesse contexto, a medicalização constitui uma dimensão importante da discussão.

Lima et al. (2021), em pesquisa realizada em dez escolas públicas e particulares de Belém, identificaram limitações na discussão crítica sobre a medicalização entre docentes, além da exigência de laudos e de dificuldades na formação continuada. Os autores observaram que os laudos podiam justificar a redução das exigências pedagógicas, em vez de estimular a diversificação das práticas de ensino.

Em perspectiva teórica, Leonardo e Silva (2022), fundamentadas na Psicologia Histórico-Cultural, ressaltam a importância da educação escolar para o desenvolvimento das funções mentais superiores e questionam explicações que atribuem as dificuldades de escolarização predominantemente a transtornos neurológicos.

Essa problemática também aparece em Werlang, Pereira e Bett (2024), que identificaram, em entrevistas com representantes de três Conselhos Tutelares, situações em que comportamentos considerados inadequados na escola motivaram encaminhamentos médicos sem questionamento suficiente das explicações biologizantes.

Embora os estudos apresentem abordagens distintas e resultados circunscritos aos contextos investigados, suas contribuições permitem problematizar respostas que concentram a explicação das dificuldades no estudante e em sua família, sem examinar adequadamente os processos educativos envolvidos. Isso não significa negar a existência de transtornos ou a importância de avaliações especializadas, mas reconhecer que elas não substituem a análise das condições de escolarização e das necessidades pedagógicas.

A literatura analisada aponta possibilidades de atuação da Psicopedagogia Institucional relacionadas à reflexão sobre as práticas escolares, à participação dos

estudantes, à inclusão e ao uso planejado de recursos lúdicos. Essas ações precisam considerar as condições sociais e institucionais em que a aprendizagem ocorre, evitando atribuir as dificuldades exclusivamente aos estudantes ou supor que uma estratégia isolada seja suficiente para superá-las.

No âmbito institucional, Sanches e Marquezan (2023) apresentam uma experiência de intervenção psicopedagógica em uma escola situada em um Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE), destacando a prática reflexiva, a autonomia e as relações dos professores com a aprendizagem. Em direção complementar, Silva, Costa e Alves (2025) discutem rodas de conversa e assembleias estudantis, enquanto Lima, Fecchi e Castro (2022) abordam práticas inspiradas em Célestin Freinet. Essas experiências valorizam a participação e a escuta dos estudantes, embora não comprovem, por si só, a redução das dificuldades de aprendizagem.

Os jogos e as atividades lúdicas também constituem possibilidades de intervenção. Brandão, Velloso e Saltão (2024) discutem as contribuições da ludicidade para o desenvolvimento infantil, enquanto Saravali, Bessa e Lima (2025), ao investigarem jogos concretos e digitais com 12 crianças com queixas de dificuldades de aprendizagem, identificaram uma diferença discreta favorável ao grupo que utilizou jogos concretos. Souza e Pétty (2024), por sua vez, observaram que registros produzidos durante oficinas de jogos favoreceram a autopercepção das crianças sobre seu desempenho e seus erros, embora nem todas apresentassem mudanças imediatas. Em conjunto, esses estudos permitem compreender os jogos como recursos para observar estratégias, mediar aprendizagens e favorecer a reflexão sobre o próprio desempenho. Contudo, os resultados exigem cautela, não permitindo afirmar uma eficácia generalizável dessas intervenções.

Outra dimensão importante envolve a inclusão e a formação profissional. Pavão e Smolareck (2021) discutem as interlocuções entre a Psicopedagogia e o Atendimento Educacional Especializado (AEE), enquanto Barbosa (2025) aborda a formação de psicopedagogos a partir de uma perspectiva avaliativa despatologizante, que valoriza as possibilidades de aprendizagem em vez de reduzir o sujeito às dificuldades identificadas. Essas contribuições reforçam a importância de avaliações contextualizadas, do planejamento colaborativo e de estratégias que considerem as necessidades dos estudantes e as barreiras presentes no ambiente escolar.

Em conjunto, os estudos analisados apresentam possibilidades de intervenção que valorizam a participação dos estudantes, a diversificação das práticas educativas e a articulação entre profissionais. Entretanto, as diferenças entre as abordagens e os limites metodológicos de parte das publicações impedem afirmar que essas estratégias produzem os mesmos resultados em todos os contextos. Em situações de vulnerabilidade social, torna-se especialmente importante considerar as condições concretas de escolarização na análise das intervenções, reforçando a necessidade de pesquisas que examinem seus resultados em diferentes realidades educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar as relações entre vulnerabilidade social e processos de aprendizagem, discutindo as possibilidades de atuação da Psicopedagogia Institucional identificadas na literatura, bem como os resultados e as limitações das intervenções descritas. A análise permitiu compreender que as dificuldades de aprendizagem não podem ser compreendidas exclusivamente a partir das características individuais dos estudantes, pois também se relacionam às condições sociais, familiares, pedagógicas e institucionais em que a escolarização ocorre.

Os estudos analisados apontaram que a insegurança alimentar, as dificuldades de acompanhamento das atividades escolares e as desigualdades nas oportunidades educacionais podem constituir barreiras à aprendizagem. Entretanto, a vulnerabilidade social não determina necessariamente o insucesso escolar, o que evidencia a importância das políticas públicas e das condições de escolarização na promoção da equidade educacional. Também se destacou a necessidade de problematizar explicações centradas predominantemente em fatores individuais ou biológicos, sem desconsiderar a importância das avaliações especializadas quando necessárias.

Quanto às possibilidades de atuação, a literatura apresentou contribuições relacionadas à reflexão sobre as práticas pedagógicas, à participação dos estudantes, ao uso planejado de jogos e atividades lúdicas, à inclusão e à articulação entre profissionais. Essas iniciativas apontam caminhos para uma atuação psicopedagógica institucional contextualizada, mas seus resultados variam conforme as abordagens e os contextos investigados. Assim, não é possível afirmar que produzam efeitos uniformes ou sejam suficientes, isoladamente, para enfrentar as dificuldades de aprendizagem,

cujo enfrentamento também depende das condições de escolarização e da atuação das instituições e do poder público.

Como limitação, destaca-se a diversidade das abordagens e dos contextos investigados, assim como o caráter teórico, bibliográfico ou localizado de parte dos estudos, o que restringe a generalização dos resultados. São necessárias, portanto, novas pesquisas que examinem os efeitos das intervenções psicopedagógicas institucionais em diferentes realidades escolares e aprofundem a compreensão de suas possibilidades e limitações.

Conclui-se que a atuação da Psicopedagogia Institucional em contextos de vulnerabilidade social demanda uma perspectiva crítica, contextualizada e comprometida com a inclusão e a equidade educacional. Sua contribuição reside não apenas na compreensão das dificuldades de aprendizagem, mas também na problematização das barreiras presentes na escolarização e na construção de possibilidades educativas que considerem a complexidade dos contextos em que os estudantes aprendem.

Palavras-chave: Vulnerabilidade Social; Psicopedagogia Institucional, Aprendizagem, Fracasso Escolar, Inclusão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ser meu sustento, minha força e minha direção ao longo desta caminhada. Pela fé, encontrei coragem para enfrentar os desafios, perseverança para continuar diante das dificuldades e esperança para acreditar que cada etapa, mesmo as mais desafiadoras, contribui para meu crescimento pessoal e acadêmico. Reconheço, em cada conquista, a presença de Sua graça e agradeço por me permitir chegar até aqui.

Às minhas colegas Cinthia Paiva e Luna Barbosa, agradeço pela parceria, pelo companheirismo e pela partilha de conhecimentos e experiências ao longo desta trajetória.

Ao meu marido, Phellipe Palitot, agradeço pelo amor, pelo apoio e pela compreensão durante essa jornada. Obrigada por estar ao meu lado, por acreditar em mim e por me incentivar a continuar buscando meus objetivos, especialmente nos

momentos em que o cansaço e os desafios se fizeram presentes. Ter você compartilhando a vida comigo torna as conquistas ainda mais especiais.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho. Cada gesto de apoio, palavra de incentivo e demonstração de carinho teve seu valor nesta caminhada.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Laura Monte Serrat. Formação de psicopedagogos: em busca de um olhar avaliativo despatologizante. Revista Psicopedagogia, São Paulo, v. 42, n. 127, p. 74–86, 2025. DOI: https://doi.org/10.51207/2179-4057.20250014.

BRANDÃO, R. M.; VELLOSO, M. H. C.; SALTÃO, T. M. A ludicidade como instrumento de intervenção psicopedagógica no processo educacional na educação infantil. Cuadernos de Educación y Desarrollo, v. 16, n. 5, e4210, 2024. DOI: https://doi.org/10.55905/cuadv16n5-054.

FARIAS, Rafaela Almeida de. Processos de ensino e aprendizagem de alunos da escola pública que residem em contextos de vulnerabilidade social. 2024. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) — Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2024. Disponível em: https://dspace.sti.ufcg.edu.br/handle/riufcg/41465. Acesso em: 29 out. 2026.

SANTOS, Thiago Rodrigo Fernandes da Silva; FERREIRA, Aline Martins da Silva; ARAUJO, Clarisse Moreira Theberge de; SILVA, Rebeka Quidute Balbino. Dificuldades de aprendizagem e carência alimentar em alunos de escolas públicas: o papel do psicopedagogo institucional. Revista de Educação do Vale do São Francisco, Petrolina, v. 11, n. 26, p. 217–244, 2022. Disponível em: https://www.periodicos.univasf.edu.br/revasf/article/view/1277. Acesso em: 29 out. 2026.

LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro; SILVA, Silvia Maria Cintra da. A relevância da escola no desenvolvimento das funções mentais superiores: contrapondo-se à medicalização. Psicologia Escolar e Educacional, v. 26, e235560, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/2175-35392022235560.

LIMA, Cinthia Vieira Brum; FECCHI, Pollyanna Garcia Geraldo; CASTRO, Viviani Domingos. Turma, vamos fazer uma roda? Trabalhando no princípio da livre expressão no ensino fundamental. Cadernos CEDES, Campinas, v. 42, n. 117, p. 143–153, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/CC251549.

LIMA, Maria Lúcia Chaves; CRUZ, Bruna de Almeida; LIMA, Laura Norat de; BRANDÃO, Dayane Alessandra da Silva. Debatendo sobre medicalização com docentes em escolas públicas e privadas. Psicologia Escolar e Educacional, v. 25, e222921, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/2175-35392021222921.

PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira; SMOLARECK, Rodrigo Dalosto. Interlocuções das práticas psicopedagógicas e o serviço de atendimento educacional especializado. Revista Psicopedagogia, São Paulo, v. 38, n. 117, p. 449–459, 2021. DOI: https://doi.org/10.51207/2179-4057.20210036.

RIBEIRO, Vanda Mendes; KASMIRSKI, Paula Reis; BEN AYED, Choukri. Equidade educacional e vulnerabilidade social nos territórios: os casos das redes municipais do Ceará e de Fortaleza. Educação e Pesquisa, v. 49, e260580, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349260580por.

SANCHES, Maria Jade Pohl; MARQUEZAN, Fernanda Figueira. Intervenção psicopedagógica institucional no Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE). Revista Psicopedagogia, São Paulo, v. 40, n. 123, p. 293–302, 2023. DOI: https://doi.org/10.51207/2179-4057.20230028.

SANTOS FRANÇA, Camila; SAVARIS, Luciana Elisabete. Vulnerabilidade social e o impacto na aprendizagem. Revista da FAE, v. 27, 2024. Disponível em: https://revistafae.fae.emnuvens.com.br/revistafae/article/view/812. Acesso em: 29 out. 2026.

SARAVALI, Eliane Giachetto; BESSA, Sonia; LIMA, Yasmin Ramos. Jogos digitais e jogos concretos em contextos de intervenção pedagógica. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 106, e6538, 2025. DOI: https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.106.6538.

SILVA, Rafael Salgado; COSTA, Váldina Gonçalves da; ALVES, Rouse Ferreira. Roda de conversa e assembleia estudantil: por uma cultura da paz em uma comunidade escolar. Educação e Pesquisa, v. 51, e281711, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/S1678-4634202551281711por.

SOUSA, Laila Raquel Felipe de; RIBEIRO, Lady Daiane Martins. A vulnerabilidade social de crianças na escola em pandemia: uma revisão sistemática. Psicologia Escolar e Educacional, v. 29, e274156, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/2175-3539-2025-274156.

SOUZA, Maria Thereza Costa Coelho de; PÉTTY, Ana Lúcia. Cadernos-diários em oficinas de jogos: um recurso para autopercepção. Revista Psicopedagogia, São Paulo, v. 41, n. 126, p. 546–554, 2024. DOI: https://doi.org/10.51207/2179-4057.20240053.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WERLANG, Eduardo Mezzaroba; PEREIRA, Dayane Pelissaro; BETT, Gabriela de Conto. Medicalização da infância, fracasso escolar e Conselho Tutelar: uma análise histórico-cultural. Psicologia em Estudo, v. 29, n. 1, 2024. DOI: https://doi.org/10.4025/psicolestud.v29i1.55625